

Gentes, migração e transitividade migratória

Jones Dari Goettert*

Resumo: Aqui tratamos de pensar alguns elementos que compõem a complexidade de cada movimento migratório, de cada sujeito migrante ou de cada experiência do ato de migrar. Partimos de cinco rápidos relatos de experiências migratórias; depois, discorremos sobre a idéia de “transitividade migratória”; e, por último, aludimos à necessidade de superação das simplificações em torno das questões que penetram ou são penetradas pela migração, pelas e pelos migrantes ou por suas experiências. Em especial, salientamos que as análises de migrações devem contemplar – senão privilegiar – os sujeitos centrais de tais processos: as e os migrantes. São elas e eles que, como movimento, “portam” experiências, sociabilidades, tramas, dramas, traumas, realizações e frustrações, esquecimentos e lembranças, enfim, são os próprios sujeitos os movimentos de tempos e espaços participantes de toda e qualquer migração.

Palavras-chaves: Gentes; Migração, Transitividade Migratória.

Abstract: This work thinks over some elements which form the complexity of each migratory movement, of each migrating individual and of each experience of migrating. We based ourselves on five quick reports of migratory experiences. Later, we accounted for the idea of “migratory transition” and finally we mentioned the needs for overcoming the simplifications for the questions that affect or are affected either by migration or by the immigrants and their experiences. We have especially emphasized what the analyses of the migration must contemplate – or even privilege – i.e., the central individuals of such processes: both the male and female immigrants. Both of them as part of the movement are the ones to carry the experiences, sociability, dramas, plots, traumas, achievements and frustrations, memories and lack of them. All in all, they are the subjects – they are the movements in time and space, sharing all and any kind of migration.

Key words: Peoples; Migration, Migratory Transitivity.

Não espereis de mim nem definição nem divisão de retórico. Aqui, não caberia tal coisa. Definir-me seria impor-me limites que a minha força desconhece. Dividir-me seria distinguir os diferentes cultos que me prestam, e eu sou adorada igualmente em toda a Terra. Depois, por tentar dar-vos de mim, mediante uma definição, uma cópia ideal, uma cópia que comigo se não pareceria mais que a minha sombra, se diante de vós tendes o original?

(Erasmus de Roterdã, *Elogio da Loucura* [1508]1983)

1 – Introdução

Dividimos este texto¹ em três partes. Na primeira, apresentamos cinco pequenos relatos de experiências migratórias. Nossas andanças, em especial pelo Paraná, Mato Grosso, Acre e Mato Grosso do Sul, possibilitaram-nos o contato com inúmeras pessoas, praticamente todas migrantes ou que tiveram ou tem experiências de migração na família (talvez, a própria história do Brasil possa ser pensada a partir de uma “história das migrações brasileiras”, com movimentos no seu interior, de fora para dentro e de dentro para fora). Os relatos têm seu início no Mato Grosso, passando por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Acre, Paraná e Rio Grande do Sul. São relatos sem “começos” ou “fins” melhor definidos, além de que neles não imprimimos maior preocupação com uma certa “cientificidade”. Isso

não significa que há invenções nos relatos, pois participam de nossas conversas e de nossas buscas de compreensão de cada movimento, migrante ou experiência migratória (devemos relativizar, no entanto, a idéia de “rigidez científica”, em especial aos saberes construídos, principalmente, em História e proximidades, porque entendemos que na produção intelectual também participam “pitadas” de invenção²). Alguns relatos são sínteses de passagem em outro trabalho nosso, como apontamos em nota. A exposição dos relatos e as questões ao final de cada um deles “falamos por si só”; mas, adiante, na parte seguinte, retomamos articulando-os à idéia de transitividade migratória.

Na segunda parte, discorremos sobre a idéia de transitividade migratória, pensada e aprofundada a partir de outra, a de “transitoriedade migratória”, desenvolvida em outro texto.³ Aparentemente semelhantes,

*Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Atualmente é professor dos Cursos de Geografia e Licenciatura Indígena e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. CNPq/Fundect da Universidade Federal da Grande Dourados. Email: jonesdari@hotmail.com

¹Agradeço as atentas leituras e importantes contribuições para o texto de Marcos Leandro Mondardo e de Daline Moína Matsunaka Dutra, colegas de leitura e discussão junto aos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia – FCH/UFGD.

²Em empréstimo de ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

entendemos que tais concepções apresentam sutis diferenças e elas nos fazem privilegiar a idéia de transitividade migratória. Em síntese, adiantamos, a transitividade migratória é a dialética de tempos e espaços que são “portados” por toda ou todo migrante, que dificultam uma definição mais acurada sobre os lugares de pertencimento e de não pertencimento daquela ou daquele que migra. A transitividade migratória, por isso, se constituiria como parte dos movimentos de subjetivação no interior de experiências migratórias.

Já na terceira e última parte, rapidamente buscamos rever definições apressadas sobre “migração”, “migrante” e “migrar”. A análise não pretende ser exaustiva e acabada; procura, apenas, levantar outras questões que entendemos ajudar a pensar a migração como “um fato socioespacial complexo”.

2 – Cinco relatos

Uma semana é tempo suficiente para definir uma migração? A saudade do tempero da comida da casa materna é insignificante para quem migra? É possível substituir uma paixão amorosa por uma “paixão toponímica”? As negociações identitárias são apenas entre identidades contrastantes ou também no interior de uma “mesma” identidade? Quando começa e quando termina uma migração?

2.1 – Do Mato Grosso para São Paulo... São Paulo, nunca mais

Em meados dos anos noventa do século passado, uma jovem mato-grossense, de Rondonópolis, recebe a visita de parentes de São Paulo. Por eles vai sendo seduzida para viver longe dos poucos cerrados que ainda restavam e das muitas sojas que já se arrastavam pelos chapadões de arredores.⁴ Empregada de pouco mais de um salário mínimo em Rondonópolis, ouvia dos parentes de São Paulo que ao chegar já seria contratada e só voltaria ao Mato Grosso para dizer “Olá”, aos que ficassem. Mãe, pai e irmãos choraram a perda antecipada. Teimosa, ninguém a seguraria às margens do antigo rio Poguba, hoje Vermelho, que cortava a beira da cidade. Mato Grosso, em poucos dias, ia se tornando passado. Dez dias depois, nenhum a mais e nenhum a menos, a jovem seguiu com ônibus São Luís para São Paulo. Chegou à noite e alguns parentes a aguardavam na rodoviária. Seguiram com ônibus coletivo para um dos bairros periféricos da capital; estranhou que o percurso levasse mais de duas horas para ser percorrido, mas deixou para lá. Ali estava ela, agora, em um pequeno

quarto esperando o dia para começar a trabalhar, juntar dinheiro e, quem sabe, dali a algum tempo, mostrar aos pais e irmãos do Mato Grosso que agarrara com “unhas e dentes” as oportunidades do centro econômico do Brasil.

Acordou “meio tarde” e só a tia ainda permanecia em casa àquela hora. Oito horas da manhã. Estranhou que a luz penetrava com tanta intensidade por entre frestas das paredes de madeira do pequeno quarto. Junto com a luz, também um cheiro forte dominava o cômodo. Já seria hora de trabalhar? Levantou e percebeu que o quarto não tinha janelas. Seguiu para o banheiro, onde o encanamento de mangueira preta e as torneiras brancas de plástico denunciavam que a vida ali também era dura. Saiu para a cozinha, disse “Bom dia” e abraçou a tia. Torceu a tramela da porta da cozinha, abriu-a e o “paraíso” estava bem ali... Ainda ficou uma semana em São Paulo, distribuindo seu minguado currículo (segundo grau completo, dois registros de contrato como vendedora em pequenas lojas de Rondonópolis, curso de datilografia e meio ano de inglês no “ccaa”), andando mais que ninguém mas já louca para retornar para o Mato Grosso. Os parentes diziam que no início era assim mesmo, mas que depois, empregada, as coisas se ajeitariam. Oito dias depois de embarcar na rodoviária rondonopolitana, pisava novamente nela. Na cabeça, duas “imagens” fortes: “daqui eu não saio nunca mais”; e o lamaçal de esgoto podre que corria a dois metros da porta da cozinha, da casa periférica, do bairro periférico, dos parentes periféricos de São Paulo. São Paulo, nunca mais, nem para assistir o Corinthians, time que amava desde que se conhecia por gente.

Uma semana fora da casa dos pais e dos irmãos. Quando retornou, foi morar com amigas e não mais voltou à casa de antes. Oito dias longe: uma migração? Como se quantifica ou qualifica uma migração? O salário pouco em Rondonópolis e as expectativas positivas para o trabalho, criadas pelos parentes de São Paulo, seriam explicadas por uma “mobilidade da força de trabalho”, de um lado, ou pelas “redes sociais”, de outro? De “migração definitiva” para “migração temporária” em São Paulo, e “migração definitiva” para fora da casa dos pais em Rondonópolis, a migração segue rumos nem sempre pré-definidos? A migração é definida por deslocamentos espaciais apenas ou o tempo assume também importante centralidade? O que era Mato Grosso e o que era São Paulo, para a jovem, tiveram mudanças significativas em poucos dias: a migração também é um movimento sobre ou das imagens e representações sobre os lugares, seus jeitos e sujeitos? Ou a “viagem” rápida de poucos dias nada diz, nada expressa, nada significa e nada explica sobre o ato de migrar? Ou, se quisermos, quando começa e quando

³GOETTERT, Jones Dari. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Rondonópolis de quem partiu e de quem ficou*. Dourados: EdUFGD, 2008. (O texto é a versão em livro de nossa tese de doutoramento, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP, Presidente Prudente, em 2004.)

⁴Tanto na época como atualmente, temos contato próximo com a pessoa. Decorridos mais de dez anos da migração, suas mesmas posições persistem sobre este movimento. Isto não implica dizer, temos claro, que essas posições não possam mudar a depender de novos elementos que forem se somando ou se subtraindo aos anteriores.

termina uma migração? É possível objetivar seu começo e seu fim sem a consideração de elementos da subjetividade de cada migrante? É plausível aludir a uma complexidade de mudanças que se efetuam tanto sobre os lugares quando sobre as gentes migrantes, e mesmo sobre aquelas que não migram, mas que participam do movimento de outro? No caso apontado acima, como participam o Estado e as relações macro-estruturais do capitalismo? Afinal, é a migração um fato “socioespacial”⁵ simples?

2.2 – Do Rio de Janeiro para o Acre: saudades dos temperos da comida mineira

Nascido em Minas Gerais, muito jovem foi cursar a faculdade na capital carioca, no início dos anos oitenta de século vinte.⁶ Embebido pelas leituras de Karl Marx e de Leon Trotski, dentre outros, foi sendo seduzido pelas questões que rodeavam a complexa situação agrária no Brasil, em meio aos anos finais da ditadura. Movimentos sociais e sindicais, urbanos e rurais, eram o palco dos embates nos quais parte dos estudantes do movimento estudantil se digladiavam; eram muitas tendências para muitos jovens ainda rebeldes. Ao deixar a casa dos pais, em Minas, sabia que seu retorno era improvável; não era o que pensavam pai e mãe, mas que a cada visita do filho sentiam que o perderiam para o “mundo”. Mas o que impressionava a mãe, durante as férias do filho, era a vontade e o desejo com que ele, um revolucionário (pensava o jovem), sentia, cheirava, experimentava e saboreava toda comida feita por ela, que mais tarde se estenderia à comida na casa das irmãs de longe, principalmente a galinha caipira de molho de mesmo nome: “molho caipira”.

Passados os anos acadêmicos da faculdade, foi atraído a participar da organização do movimento seringueiro no Acre, juntando-se a um conjunto de homens e mulheres que rumavam para a Amazônia com o objetivo de auxiliar na luta contra a dominação imperialista, fosse estrangeira ou interna, dada pelo avanço da fronteira agrícola e pecuária sobre territórios seringueiros e indígenas. A luta política o impulsionava como o sangue que corria pelas veias, e na mesma proporção com que as terras acreanas eram cortadas pelos seus infundáveis rios e igarapés. A luta e os Empates seringueiros contra o avanço da mercantilização da floresta, percebia a cada dia, não eram brincadeiras de

criança. Alguns anos depois da chegada no Acre, em viagem por entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, recebeu a notícia do assassinato de Chico Mendes. Era quase natal de 1988. Percebeu e ouviu nos e dos familiares mineiros que talvez o importante, agora, fosse permanecer por ali... A imagem de Chico rodeava sua cabeça, suas conversas voltavam volta e meia, enquanto as lágrimas e o medo corriam soltos em Xapuri, lá longe. Pensou, então, que era hora de largar tudo: vive e luta no Acre até hoje, mas sempre, quando pode, volta para saborear a comida mineira da mãe e das irmãs.

Há quase trinta anos longe da casa dos pais: tornou-se, primeiro, um carioca, e, depois, um acreano? Mas, ali, na extremidade ocidental da Amazônia, será sempre um “de fora”. Nada de “mobilidade da força de trabalho”: “mobilidade da força política”? Não migrou para “se dar bem na vida”; migrou para que outros “se dessem bem”: qual o encaixe teórico possível dessa mobilidade? Lê o mundo do Acre e o Acre é entendido nessa leitura; suas constantes viagens pelo Brasil e também para fora dele não o “tiram” do Acre, ao contrário, fazem com que se volte ainda mais para ele e para toda a Amazônia: um constante trânsito que intensifica o ficar, a luta e a resistência para permanecer no mesmo lugar, ao mesmo tempo em que se desloca constantemente dele? Saboreia a galinha caipira acreana como ninguém, mas “teima” em desejar, diuturnamente, os sabores e temperos da comida da casa materna: uma “transterritorialidade”⁷ migratória através de temperos e sabores? E, quando perguntado, “mas, o que você é, afinal?”, olha para o infinito e responde: “sou alguém que veio para o Acre não para organizar os caçadores de onças, mas para lutar ao lado das onças contra os caçadores”. Seria uma “onça”, então? Como explicar esta simbiose de elementos da academia e da floresta em uma gente migrante que parece não ter lugar e pertencer a todos ao mesmo tempo? Ou, que corporifica os tempos da “floresta” e os tempos de uma “hiper-modernidade”? De um lugar chamado Amazônia e dos seus não-lugares que comporta, dentro e fora dela?

2.3 – Do Paraná para o Mato Grosso: duas paixões, uma traição

Antônio, gaúcho, migrou criança com a família para o Paraná; depois, jovem e sozinho, migrou para o Mato Grosso, nos anos finais da década de setenta do

⁵Destacamos a evidência da redundância no termo “socioespacial”, pois todo fato social implica dimensões espaciais e todo fato espacial (do espaço geográfico) implica dimensões sociais. Mesmo assim, seu uso aqui busca insistir com essa dupla dimensão (inseparável), reforçando as considerações sempre presentes em vários textos de Milton Santos.

⁶O contato com esse migrante nos foi proporcionado durante nossa passagem pelo Acre, entre 2002 e 2006. Esta como a primeira e quinta narrativas sobre movimentos migratórios individuais, na forma como aqui são apresentadas, foram construídas sem o uso de instrumentos ou metodologias consideradas “científicas”; ao contrário, participam de uma forma de “leitura” e narrativa que tem por base “metodológica” a escuta, em aproximação à idéia de “atenção”, em WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; e WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru: Edusc, 2001.

⁷Pensamos em uma condição de “transterritorialidade”, participante das experiências migratórias. Nossa discussão sobre esta condição é ainda introdutória e, em função do espaço, é-nos difícil discorrer e aprofundá-la aqui. Para uma primeira aproximação, ver: GOETTERT, Jones Dari. *Espaço e migração: os pobres no pedaço*. Anais XVI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos. Dourados: UFGD/AGB, 2008; e MONDARDO, Marcos Leandro. *A mobilidade gaúcha e catarinense para o Paraná: das redes de relações sociais à transterritorialidade*. Anais I Seminário Regional de Pesquisas e Programas de Pós-Graduação em Geografia – Centro Oeste e Triângulo Mineiro. Goiânia: PPGG/UFG; ANPEGE, 2008.

século passado.⁸ Em meados de setenta e sete, resolveu conhecer o Mato Grosso. De Quatro Pontes, então distrito do município de Marechal Cândido Rondon, no oeste paranaense, seguiu os caminhos de Guaira e atravessou, ainda sem ponte alguma, o rio Paraná. Do extremo sul do então Mato Grosso, praticamente cruzou o estado até Sinop, que ia se fazendo por entre cerrado, floresta e “desbravamento”. Antes passara por Dourados, Campo Grande, Cuiabá e muitas outras cidades e vilas mato-grossenses. Na volta da viagem de poucos dias, parou em Rondonópolis. Não sabe explicar bem, mas diz que se apaixonou pelo lugar. “Foi uma paixão”.

De volta a Quatro Pontes foi, na metade do ano que restava, se preparando para uma partida definitiva. Resolvera deixar tudo, família, trabalho e possibilidade de emprego na cidade, para seguir a paixão. A paixão por um lugar, por uma cidade, por Rondonópolis. Os meses foram de extrema ansiedade. Queria ir para um lugar onde ninguém o conhecia. Mas, por quê? Porque, meses antes, noivo, a paixão fora golpeada pela traição da noiva. O lugar se tornara esquisito. As pessoas, idem. Só uma paixão cura uma paixão desapaixonada. Chegou em Rondonópolis com uma mão na frente e outra atrás. Morou em quarto pequeno de aluguel e começou a trabalhar de garçom... Praticamente três décadas depois, continua “amando” Rondonópolis. Ali é o lugar dele, que ele escolheu e que não o traiu.

Antonio nasceu no Rio Grande do Sul. E daí? Ainda têm parentes lá, mas nunca os visitou, nem do Paraná e nem do Mato Grosso. Nada mais tem de gaúcho, a não ser o estado natal nos documentos de identificação e certa aptidão para assar um bom churrasco. Por várias vezes visitou os irmãos no Paraná. E só. Mas, a condição de gaúcho teria influenciado em sua condição migrante, uma vez que ao gaúcho é atribuída a característica de “desbravador”, “pioneiro”, “aventureiro” e até, se diz, de “errante”? Enquadrar-se-ia a experiência de Antonio no movimento mais amplo de migração de sulistas para o Centro-Oeste e Amazônia, a partir dos anos sessenta e setenta passados? Juntamente com possíveis constrangimentos econômicos podem atuar constrangimentos sociais e culturais para o acionamento de uma migração? Estariam ambos os constrangimentos interligados?

2.4 – Do Rio Grande do Sul para o Acre: a bombacha e Sepé Tiaraju

Nasceu em Santo Ângelo, na região missioneira gaúcha; jovem, migrou como bancário para a Bahia e depois para o Amazonas.⁹ Ali, mirou o “Brasil” fora do Banco do Brasil e abandonou a profissão de “enganador dos pobres”, como sempre ressalta. Descasado na Bahia,

no Amazonas novamente casou e foi parar em um assentamento rural em Rio Branco, no Acre. Queria porque queria ser colono. Nada de terra para plantar soja ou criar gado: queria apenas um pedacinho de chão para plantar, colher e cuidar da família. Nada de se parecer com os gaúchos fazendeiros do Mato Grosso ou dos paranaenses pecuaristas do Rondônia e do Pará. Nada disso: sabia muito bem o que significava “luta de classes”, das leituras dos livros poucos que tinha de Karl Marx. Mas, longe do barbudo comunista, com anos de luta no movimento por melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo, da floresta e da cidade, o gaúcho no Acre já estava bem mais próximo de Bakunin. Ultimamente, vem repetindo o lema “Sem pátria, sem dono, sem patrão”!

Uma ou outra vez visita parentes no Rio Grande do Sul. Suas passagens são rápidas. No Acre, em sítio no assentamento, é comum vê-lo fiando e desfiando causos sobre as lutas de resistência no Rio Grande do Sul. Sepé Tiaraju, que diz ser um de seus ascendentes, é personagem corrente em suas falas ainda meio gaúchas. Há muitos anos carrega um radinho de pilha (“am”, “fm” e “ondas curtas”), no qual sintoniza os jogos do time do coração, vermelho como todo revolucionário, o Internacional de Porto Alegre. De tanto torcer, fez dos filhos também fanáticos colorados. Sob o sol quente ou sob as sombras da casa ou dos grandes pés de mangueira que cobrem parte do quintal, é comum vê-lo, antes e depois do trabalho, preparando seu cigarro de palha e fumo, fumando e tomando chimarrão com a esposa amazonense. Mas, nem é preciso que fale de seu jeito um tanto gaúcho, nem é preciso que tome chimarrão e nem é preciso que diga onde veio ao mundo, para saber que nasceu no Rio Grande do Sul: a bombacha, sempre ela, mas sem botas e sem guaiaca, só a bombacha, indica a identidade, indica o pertencimento, indica a origem (uma certa identidade “encarnada” ou corporificada). Não se gava disso, muito pelo contrário. A voz “meio cantada”, o chimarrão, a bombacha, o Inter e os poucos parentes, parecem ter sido tudo o que sobrou de sua condição gaúcha. Não exalta o Rio Grande do Sul, pois seria, entende, enaltecer uma terra onde o “patrão é rei”, de um “pampa pobre que herdei de meus pais”. E é até por isso que a bombacha segue sempre acompanhada de um par de “chinelos de dedo”, tanto para tratar as codornas como para as vendas na feira da capital nas manhãs de sábado. E diz, sempre e cada vez mais, que nem mais pertence ao Rio Grande do Sul e nem a lugar algum: pertence ao mundo, ao mundo dos trabalhadores.

Participante da grande “diáspora” gaúcha das décadas que se seguiram à primeira metade do século passado, não como comprador de terras mas como

⁸Esta e a quinta narrativa são relatos abreviados e simplificados de discussão que apontamos e discorremos, com introdução de questões que aqui buscaremos aprofundar, em GOETTERT, J. D., op.cit.

⁹Semelhantemente ao segundo relato, o contato com o migrante foi proporcionado durante passagem pelo Acre.

funcionário do “trabalho limpo” de bancário, o colono-assentado-feirante é, ao mesmo tempo, gaúcho e não-gaúcho, aproximando-se e distanciando-se dele, evocando em alguns momentos seus “déspotas” e em outros seus “heróis”: os primeiros, os membros da classe dominante gaúcha e nacional; e, os segundos, os lutadores e mártires populares que, também a partir de suas histórias, passariam a limpo a condição latifundiária e mandonista do Brasil-gaúcho e do gaúcho Brasil. Centro de Tradições Gaúchas? Nunca foi e nunca irá, diz. “... sem patrão”, sempre é bom lembrar. Mais trabalhador que qualquer outro “povo” do Brasil? De jeito nenhum: a condição de trabalhador é uma condição universal, que ocupa o lado contrário nos “universalismos” e “localismos” da “luta de classes”. A sua condição de gaúcho é marcada por um trânsito peculiar, pois bem diferente das evocações mais usuais do *ser gaúcho* dentro e fora do Rio Grande do Sul. Um gaúcho reinventado? Um lugar reinventado? Uma tradição reinventada? Nada de choramingos porque a quase quatro mil quilômetros do torrão gaúcho; nada de lágrimas por um “lugar” que não soube assegurar a permanência de seus “filhos”; nada de ressentimentos tolos por uma terra que expulsara os seus... Enquanto isso, o ouvido e o coração se apertam quando no radinho os gols colorados não saem e os do Grêmio abundam como mangas no inverno amazônico, ou quando a erva mate acaba e percebe que os dias passam devagar demais, sem um chimarrão para saborear junto às conversas do início da manhã e do final de tarde.

2.5 – Do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso: o sul, nunca mais

Maneco mora em casa ao lado da casa da filha Ana, em bairro periférico de Rondonópolis. Dividem, o pai “só” e a filha com os netos já grandes, o mesmo terreno e parte das vidas iniciadas no Rio Grande do Sul, “intermediadas” no Paraná e meio se “findando” no Mato Grosso. Ambas as vidas se misturam pela relação familiar e também pela proximidade nas trajetórias migratórias. De certa forma, na migração para o Mato Grosso, o pai acompanhou a filha e a filha acompanhou o pai. O filho, e irmão, continua vivendo no Rio Grande do Sul. A mãe de Ana, separada de Maneco, vive no Paraná. O marido de Ana, depois de migrar junto para fazenda no Mato Grosso, retornou para o Rio Grande do Sul... Maneco, vez por outra, lembra dos lugares e das gentes onde e com quem conviveu. Leva alegrias, mas principalmente ressentimentos, que o acompanham como se estivessem grudados em seu corpo – de alguma forma, podemos dizer, partes de uma identidade migratória. Do Rio Grande do Sul, do Paraná, do filho, do genro... E dele mesmo, como se todos os problemas da filha fossem decorrentes de sua companhia.

No Rio Grande do Sul se casou e não tinha

dinheiro para comprar um pedaço de terra. O sogro tinha, mas nunca Maneco pediria sua ajuda. Não pediu e não ganhou. O jeito era procurar “melhora” em outro lugar. Seguiu para as novas terras do sudeste primeiro e depois oeste paranaense. Conseguiu alguns poucos hectares, que serviram até que os filhos chegassem à vida adulta. Depois foi ficando sem chão de terra, e sem “chão” na vida com a esposa. Separou-se e seguiu com a filha de volta para o Rio Grande do Sul, que casara com outro gaúcho ainda morador em cidade gaúcha, até a migração para o Mato Grosso. Anos depois, muitos anos mais tarde, Maneco resolveu rever os amigos gaúchos. Chegou no mesmo boteco de antigamente e lá estavam alguns, conversando e bebendo como “sempre”. Brincou com o primeiro e não recebeu nenhuma resposta, apenas um olhar estranho e desconfiado como aqueles lançados como se estranhos fossem. Os amigos de antes não o conheceram mais. É claro que conversaram sobre muitas coisas, perguntaram e responderam sobre coisas várias, daquelas que se faz e se responde até que o silêncio toma o centro. Depois, não mais desejou visitar ninguém na terra natal, nem amigos e nem ninguém. No entanto, continua a dizer, em Rondonópolis, depois das decepções com o sogro e com os amigos, que ama essa “terrinha”, o Rio Grande do Sul. Gaúcho? Apenas um detalhe de uma vida retalhada, cortada em pedaços pelos lugares vários que participaram e ainda participam da vida de Maneco.

O Rio Grande do Sul, em Maneco, permanece apenas nas lembranças malsãs das relações pessoais ou na ainda visão generalizante de uma terra “paraíso”. Um lugar em duplicidade? Diz que não voltará mais para o Rio Grande do Sul, nem para morrer e nem para ser enterrado... No sul, pelo filho que ficou, é sempre lembrado ao lado da filha, seja para os “causos” bons ou para os “causos” amargos. Há também ressentimentos no filho. Depois de aproximadamente quarenta anos da primeira partida, os lugares que ficaram ainda “doem” na cabeça, por vezes congelados, por vezes em movimento máximo quando o pai se dá conta que o tempo irremediavelmente não volta mais. Os tempos se acumulam e marcam o vai-vêm da cadeira de balanço, estendida na área de lado da casa da filha, enquanto os vários lugares se embaralham na cabeça de Maneco.

3 – Transitividade migratória: o “começo” e o “fim” da migração

Em outro texto (já apontado) trabalhamos com a idéia de transitoriedade migratória, como o percurso entre a decisão de migrar – que pode ser em tempo bem anterior à própria ação de migrar ou partir –, até a percepção para quem migra de que já não mais pertence ao lugar de onde saiu e se percebe como gente do lugar que chegou – que pode ser em tempo bem posterior à própria ação de chegada no novo lugar. O início da

transitoriedade migratória se daria na produção de expectativas em relação, ainda, à possibilidade de mudança de lugar e não à migração em si, enquanto o fim dela se daria não necessariamente no término da mobilidade espacial, mas da percepção de a condição de *ser/estar* em *trânsito* ter se findado. Um processo que, entendíamos, dificilmente poderia se “medir” objetivamente e, menos ainda, por elementos como distância espacial ou tempo cronológico entre partida e chegada. Pelo contrário, a dimensão subjetiva – sim, de cada migrante – assume a centralidade sem, evidentemente, deixar de “dialogar” com outras dimensões da vida, como a material e a política. Também, em especial, a “transitoriedade” dependia de cada migrante, podendo mesmo se iniciar e se encerrar no ato mesmo da migração em si (no deslocamento, portanto) ou mesmo nem acabar.

O prefixo “trans” sempre nos pareceu adequado, pois, a partir do Holanda Ferreira,¹⁰ “trans” é apresentado como originário do latim *trans*, sendo igual a “movimento para além de”, “através de”, “posição para além de” e “posição ou movimento de través” (nas definições para os fins desta análise). E em aproximação, no “Online Etymology Dictionary”¹¹, temos que “trans” é prefixo que trás o significado de “(across) para o outro lado”, “(beyond) além de, para além de, fora de”, “(over) do outro lado, sobre, por cima de”, dentre outros. Assim, a condição de “trans” não apresentava maiores dificuldades na análise, uma vez que todo migrante tendia à condição de *ser em movimento, para além de lugares, através de lugares, em movimento de través, no movimento de um para outro lado ou lugar, além de um lugar, para além de um lugar, para fora de lugares, sobre lugares ou por cima de lugares*. Mesmo fixado em um “lugar físico” (de chegada), o migrante tenderia a não se definir como *ser* fixado em um “lugar subjetivo” ao ponto de “dizer”, sem titubear, “eu era de lá, agora sou daqui”, pelo “simples fato” de ter chegado a um novo lugar. Por isso, a condição de *estar* em um lugar assume relevância bastante distinta de *ser* do lugar: as condições de *ser/estar* podem se apresentar em dissonância ou em desencaixe pelas relações ambíguas – e por vezes até contraditórias – das quais o migrante participa.

Des-acostumado, des-ajeitado e des-locado (no extremo, “trans-lo(u)cado”) são características dessa condição *trans-migratória*.¹² É relativamente comum ouvir de migrantes que “ainda não me acostumei aqui” ou “já estou acostumado neste lugar”, ou “prefiro lá” ou “não gosto daqui”. Semelhantemente, quem migra *transita* por jeitos diferentes de *ser/estar*, que podem ser

concebidos, percebidos e vividos em jeitos de falar, de trabalhar, de rezar, de temperar a comida, de comer, de cumprimentar, de “encarar” o futuro, de “festar”, de dançar, em jeitos de comoção e de acomodação, em jeitos de viver e sentir o casamento, as traições e as separações, em jeitos de cuidar dos filhos, em jeitos de vestir, em jeitos de fofocar, em jeitos de inventar “coisas” dos outros... Estranhamento, tensão, desconforto e tristeza podem acompanhar o *ser* des-locado, *fora* do lugar, ou *ainda sem* lugar. E parece não haver tempo previsível ou definível para o fechamento do “ciclo” decisão de migrar-migração-ajeitamento completo: a passagem do tempo cronológico tende a ajudar, mas sem garantias que a condição *trans-migratória* seja dissipada.

Por isso, a definição que havíamos proposto de transitoriedade migratória começou a nos parecer inadequada ou, no mínimo, insuficiente. Pois, na verificação mais atenta de “transitório”, constatamos que o termo apresenta, em um de seus significados, o que é “de pouca duração; que passa; passageiro, efêmero, transitivo”; ao mesmo tempo em que “transitoriedade” é definida como a “qualidade ou condição de transitório”. E, mesmo que também sejam apontados como sinônimos “transitório” e “transitivo”, o último parece apresentar uma força de explicação bem maior, pois é definido, dentre outros, como o que “se transmite ou transforma” e “que transita ou faz transitar”, e “transitividade” como “qualidade ou estado de transitivo”¹³. Também, no “Online Etymology Dictionary”, “transitory” apresenta como um de seus significados o que é “transitório, passageiro”, “que passa”, enquanto “transitive” é, dentre outros significados, “passar sobre”.

Mas, então, quais as diferenças fundamentais? A condição de transitividade migratória é de *ligação* e não de separação, por mais paradoxal que possa parecer: o “transitório” parece não pressupor a passagem de um estado a outro ou de uma condição a outra (na migração, de um lugar para outro) porque “passa”, é “passageiro” e “efêmero”; na perspectiva da transitividade migratória, o que se pressupõe não é apenas a passagem de um estado a outro ou de uma condição à outra (ou, na migração, de um lugar para outro), mas no amálgama entre dois ou mais estados ou entre duas ou mais condições, no (des)encontro entre dois ou mais lugares: o migrante é e não é, está e não está, é presente e ausente, é ausente e presente, simultaneamente. E, diferentemente de um estado, condição ou lugar marcados por uma passagem efêmera, a transitividade migratória pode tanto pressupor passagem ou efemeridade como a

¹⁰HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, s/d, p. 1396.

¹¹Online Etymology Dictionary. <http://www.etymonline.com/index> (consultado em 05/01/2009).

¹²Parece-nos que a condição de “transitividade migratória” tende a ser mais intensa nas migrações internacionais (podemos aludir à migração *dekassegui* do Brasil para o Japão – tanto nas dificuldades de “adaptação” no Japão quanto em dificuldades de “readaptação” no retorno para o Brasil – ou na migração de brasileiros para os Estados Unidos, por exemplo), principalmente através de choques culturais decorrentes, dentre outros, por distintas línguas e nacionalidades. Mas, entendemos, seria descabida sua desconsideração para qualquer migração interna (entre lugares de um mesmo país), seja na mobilidade espacial entre ruas de um mesmo bairro ou entre lugares de regiões bastante distantes umas das outras, como entre o Sul, o Nordeste e Norte brasileiros.

¹³HOLANDA FERREIRA, A. B. de, op. cit., p. 1398.

manutenção e mesmo a perenidade dessa condição, desse estado. Não há tempo que “regule” universalmente a condição de transitividade migratória, pois, como construção subjetiva, tende a variar dependendo de cada sujeito e de como cada um lida com as mudanças, com as permanências, com as distâncias tanto espaciais como temporais.

Outro aspecto fundamental na distinção que aqui propomos entre transitoriedade migratória e transitividade migratória, é que na primeira poder-se-ia aludir ao tempo do mero deslocamento físico de um para outro lugar, por um lado, e da “passagem” de um para ou outro lugar como um processo de “acomodação” – posterior – à condição anterior (o que nos levaria a uma tendência analítica positivista, uma vez que nos aproximaríamos a considerar que, “findado” o movimento, o migrante retornaria à condição anterior, o que entendemos não ser possível na medida em que as “marcas” da mobilidade parecem sempiternas, mesmo que atenuadas por “novas” relações), por outro lado. Já na condição de transitividade migratória, o “trânsito” físico é apenas um dos momentos do movimento, implicando, também, em um “trânsito” subjetivo que se aloja no migrante, o perturba positiva ou negativamente, e dele não desgruda. A condição anterior nunca mais será retomada, ao mesmo tempo em que os elementos dessa condição não são enterrados, mas se colocam “sobre” os lugares, participando de uma condição inteiramente “nova”, em que se misturam tempos e lugares (o sentido aqui é de uma dialética entre tempos e espaços distintos, que se moldam em uma síntese na qual o sujeito migrante assume o centro). É por isso, por exemplo, que a condição de transitividade migratória participa tanto de migrantes retornados em migração de curta duração e de curto espaço (como da casa dos pais a uma “kitnet” e a volta para casa um dia depois) ou de longa duração e de longo espaço (como de brasileiros para a Europa e não mais retornando para o Brasil): em ambos os casos, os sujeitos não serão mais os mesmos (ao mesmo tempo em que continuam sendo filhos e brasileiros).

Dos relatos que apresentamos na parte inicial deste texto, podemos fazer um conjunto de considerações que podem ajudar na compreensão do que definimos por transitividade migratória. Do primeiro relato, da jovem mato-grossense que passou uma semana em São Paulo e retornou “rapidamente” para o estado natal, a condição de transitividade migratória se inicia e finda em pouco mais de quinze dias: da decisão de migrar à decepção com o novo lugar e o retorno. O “ciclo” se fecha em um curto tempo; por isso, o tempo linear geralmente se situa em descompasso com o tempo da condição de transitividade migratória. Mais que o tempo cronológico, é o tempo das subjetividades (tempos materiais e imateriais que se misturam em cada sujeito) que define as temporalidades da condição de transitividade migratória. Uma condição que – como

também pode ser capturado mesmo com o retorno da migrante para a cidade donde saíra poucos dias antes – paralelamente se fecha e continua aberta, pois o primeiro lugar de destino da migração tornou-se irremediavelmente “perigoso” mesmo com o retorno, definindo suas imagens e representações sobre São Paulo.

Do segundo relato, parece-nos que a condição de transitividade migratória é a própria condição daquele mineiro no Acre: definir-se como parte do lugar Acre ou viver “eternamente” sob a tensão da condição de deslocado, é-lhe indiferente. Os “trânsitos” físicos e intelectuais que desenvolve do Acre ou da Amazônia para fora ou de fora para a Amazônia e o Acre, colocam-se como a condição de não-tensão entre *ser/estar daqui* ou *aqui*, ou *de lá* ou *lá*. Porém, tal condição pode sofrer reverses e “ataques” com a (re)invenção de uma identidade – no caso a acreana, que tem na “acreanidade” a sua mais recente versão¹⁴ – que busca se impor sobre os forâneos e, no extremo, apontar as condições de pertencimento e de não-pertencimento participantes da complexa luta das políticas de nomeação e classificação, dos processos de identificação e das disputas identitárias,¹⁵ no Acre. Ali, mineiro sempre será mineiro; no máximo, poderá ser confundido com sulista, paulista ou carioca, mas nunca acreano.

Esse aspecto nos coloca outra importante questão: mesmo que afirmamos que a condição de transitoriedade migratória é uma construção subjetiva, isso não requer entende-la como desvinculada das relações que direta ou indiretamente circundam o migrante; pelo contrário, a condição de transitividade migratória se caracteriza justamente pela indefinição, para o migrante, de quais relações pertence ou não pertence, ou mais se aproxima ou mais se distancia. Tais relações, “provindas” de ambos os lugares da migração (ou mesmo mais que dois), têm papel importante na construção, projeção e ajustamento dos sujeitos migrantes nos lugares. Em outras palavras, poderíamos dizer que a tensão entre a preponderância das relações do lugar de origem sobre as relações do lugar de destino e a preponderância das relações do lugar de destino sobre as relações do lugar de origem, constituem-se como o epicentro da transitividade migratória.

No terceiro relato, o deslocamento de uma “paixão” conjugal para uma “paixão toponímica” parece ter assumido a centralidade na condição de transitividade migratória. Uma condição, por outro lado, de completa indiferença sobre o fato de ser gaúcho, paranaense ou mesmo mato-grossense. Ou seja, a questão identitária – local e/ou regional, neste caso – não teve nenhuma relevância no desenvolvimento da transitividade migratória. A tão propalada “aventura” gaúcha e o tão reproduzido “desbravamento” gaúcho sobre o Mato Grosso, escapam completamente às alegorias imagéticas e representacionais de Antônio,

gaúcho-paranaense “longe de casa”. “Ama” o lugar não porque gaúchos ou sulistas se “aventuram” em seu “desbravamento”, ou porque nas terras mato-grossenses o cerrado usurpado deu lugar à soja, ao milho, ao algodão e bois e vacas: “ama” o lugar como se fosse, “apenas”, como a mulher amada personificada em suas relações cotidianas, no trabalho, na família, na casa, no bairro, na cidade... Sem traições.

Do quarto relato – do gaúcho no Acre –, a condição de transitividade migratória assume contornos bastante peculiares: despreza um conjunto de características hegemonicamente produzidas sobre o Rio Grande do Sul e o *ser* gaúcho, ao mesmo tempo em que valoriza o *ser* gaúcho originário e descendente do índio, do negro e do mestiço; é a mistura e não a pureza que marca o gaúcho. A identidade gaúcha hegemônica é contraposta (e se contrasta) por uma identidade subalternizada, popular, trabalhadora, errante, destemida, decidida e lutadora. Mesmo que algumas das características se aproximem das aludidas pelos “gaúchos que deram certo” fora do Rio Grande do Sul, personificados em médios e grandes proprietários rurais e urbanos do Mato Grosso, do oeste da Bahia, do sul do Piauí, por exemplo, os atributos evocados pelo “acreúcho” delimitam uma divisa clara: a divisão de classes. A pouca terra, o pouco dinheiro, os poucos bens, a cuia usada e a bombacha rota, denunciam que a migração gaúcha para “longe” do Rio Grande do Sul foi diversa, em especial pelas diferenças acentuadas nas condições de saída e chegada, como também nas possibilidades desiguais de acesso à terra, a empregos, a financiamentos bancários e a móveis e imóveis diversos, por exemplo. Por outro lado, no jogo de negociação identitária, o migrante gaúcho em Rio Branco não disputa com uma pretensa identidade acreana (não-gaúcha), em uma relação de alteridade com um *outro*, mas a negociação e a disputa se dão no interior das próprias linhas demarcatórias da identidade gaúcha. A questão, portanto, não é necessariamente *ser gaúcho*, *ser acreano* ou qualquer outro *ser*; a questão de classe é a que define uma possível identidade, a da classe trabalhadora que rivaliza com a classe burguesa, independente de ser ela gaúcha, acreana ou qualquer outra.

No último relato, o “ciclo” da condição de transitoriedade migratória parece ter se fechado quando os amigos de Maneco não mais o conheceram, no bar gaúcho de tantas cachaças e de tantas conversas. “Este não é mais o meu lugar”, pensou depois que os “amigos” olharam tortuosa, desconfiada e estranhamente. Por outro lado, os ressentimentos também participam da condição migrante no lugar “longe de casa”. O lugar Rio Grande do Sul aparece e desaparece permeado por contradições: lá é o lugar onde “não tinha terra” e onde os seus não o ajudaram para que pudesse comprá-la, ao mesmo tempo em que lá é o lugar feito “pátria” que,

passa ano entra ano, persiste como o chão querido que lhe viu nascer e crescer. Ambos os conjuntos de imagens e representações são acionados a depender do contexto em “análise”: das relações próximas, familiares e comunitárias, o Rio Grande do Sul se mostra desajeitado e com inúmeros ressentimentos; e, das relações mais gerais, de uma pretensa e homogênea identidade e de um pretense e homogêneo povo gaúcho, o mesmo lugar se mostra como “nação”, ao ponto de produzir juras eternas de “amor”.

Assim, a condição de transitividade migratória é uma *condição subjetiva*, mas que deve ser compreendida como parte de uma dialética dos processos de subjetivação e de objetivação. A própria condição de transitividade migratória é processual, movimento, construção, produção e até invenção. Por outro lado, isso não significa dizer que essa condição pode ser generalizada e, ao extremo, homogeneizada; ao contrário, ela parece demandar, minimamente, a centralidade do sujeito migrante nas tomadas de posição sobre a mobilidade e a produção de expectativas, tanto no lugar (ou lugares) de origem como no lugar (ou lugares) de destino.

Por último, vale salientar que a idéia de transitividade migratória, e seu desenvolvimento, em nenhum momento buscam se contrapor ou se sobrepor às análises menos fenomenológicas ou mais estruturalistas (aliás, não busca se contrapor ou se sobrepor a nada!). Igualmente, não é apontada como uma nova base de análise. Simplesmente, a pensamos e a evidenciamos como mais uma possibilidade de vasculhar este “mundo, vasto mundo”, que é o dos movimentos – grupais, familiares, individuais... – migratórios. Nossa experiência investigativa ainda é extremamente introdutória e em grande medida se assenta na busca de compreensão da migração sulista para o Mato Grosso; mas, sobretudo a partir dela, em que a produção da fonte oral nos foi colocando em contato direto tanto com migrantes como com familiares que permaneceram no sul, fomos dando conta de que a migração não se processa apenas entre o momento da partida e o momento de chegada: a migração abarca um conjunto de experiências e de relações (também do trabalho e do capital, sem dúvida) que, mais que se perderem no caminho, acumulam-se, alojam-se e participam incessantemente das subjetividades migrantes, na qual a metáfora de “olhar sem rumo” é preciosa: nem para o passado, nem para o presente e nem para o futuro, nem para o *lugar deixado* e nem para o *lugar chegado*: o embaralhamento dos tempos e dos espaços, no extremo, parecem levar, mesmo que escondida e camufladamente, a estados que se aproximariam, em sentido conotativo, à esquizofrenia, paranóia e loucura. *Sem rumo*: talvez esta seja a melhor expressão das subjetividades em transitividade migratória.

4 – Migração: um fato socioespacial complexo

As considerações acima nos impedem, agora, de compreender a migração, o migrante e o migrar como movimento, sujeito e ação simples. Migração: passagem de um lugar para outro; migrante: “que ou quem migra”; migrar: “mudar periodicamente, ou passar de uma região para outra, de um país para outro”¹⁶: essas definições – até pelo seu caráter de extrema síntese – apontam idéias gerais de movimentos, sujeitos e ações (ou práticas) que participam de “vai-e-vens” tanto físicos como temporais e geográficos (poderíamos também insistir sobre movimentos sociológicos, psicossociais, sócio-lingüísticos, ambientais...).¹⁷

Tendencialmente, a migração é pensada como “parte”, “acessória” ou correlata a movimentos “mais amplos”, como “a migração no capitalismo” ou “a mobilidade da força de trabalho”. “Subsidiária”, sua análise pode ser amarrada por dualidades como lugar de origem/lugar de destino, “fatores de expulsão”/“fatores de atração”, partida/chegada, antes/depois. A crítica a essa tendência não significa afirmar que a migração se constitui como fato isolado, solto, independente ou paralelo; mais que simplificações dessa ordem, a migração atravessa e é atravessada por questões que o real mistura, em um emaranhado de elementos que, grosso modo, temos também definido por “estrutura”, “conjuntura” e “subjetividade”¹⁸, implicando que sua análise pode e deve buscar a interpenetração de tais “recortes”.

Sayad salientara ser uma “banalidade” dizer que a migração é um “fato social completo”¹⁹ (entendia a migração a partir da complexidade de seu “duplo”: uma dialética na qual os movimentos de emigração/imigração devem ser pensados, podemos dizer, *trans*-relacionados; da mesma forma, todo migrante é ao mesmo tempo um emigrante e um imigrante).

Para o autor:

[...] falar da imigração [e/imigração] é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica [...] e também de sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento, mas com a condição de não tomarmos deliberadamente o partido de mutilar esse

objeto de uma de suas partes integrantes, a parte relativa à imigração.²⁰

Sayad debruçou-se séria e apaixonadamente sobre a migração argelina para a França. Vasculhou a “alma” de argelinos des-locados ao ponto de extrair-lhes as próprias “vísceras”: “emigrar é sempre um erro”, disse Abbas, um de seus entrevistados.²¹ Os sujeitos tomam a centralidade e é neles e deles que as tramas e os dramas da e/imigração são construídos, em tentativas sempre frágeis de compreensão.

As migrações, no modo de produção capitalista, são participantes da própria sociedade em movimento, fundando-se e reproduzindo-se capitalisticamente mas nem por isso menos contraditória e ambigualmente. O capital e o trabalho, enquanto relações – pois parece ter sido sempre essa a idéia de Marx –, se fazem, também (em proximidade a apontamento anterior) em processos de objetivação e de subjetivação, sem necessariamente a preponderância de um ou de outro (novamente repetimos: só separáveis para fins de análise). Dividir qualquer movimento, sujeito ou experiência de migração em antes/depois ou aqui/lá, como “universos” distintos, é desconsiderar que os tempos e os espaços também são os próprios movimentos, os próprios sujeitos e as próprias experiências. Ou seja, os movimentos migratórios (os migrantes) são “portadores” de tempos e espaços (temporalidades e espacialidades/territorialidades, se se preferir): os tempos e os espaços não estão fora ou aquém/além dos sujeitos, fundamentalmente, porque tempos e espaços são produções e experiências humanas²² (o que faz com o Estado e as relações macro-estruturais, por exemplo, devam participar das análises como participantes também centrais dos/nos movimentos migratórios).

“Demasiado humano”, a compreensão total de um movimento migratório, de um sujeito migrante ou de uma experiência migratória, constitui-se sempre como possibilidade e não como um dado, pronto e acabado... Lembro-me de que, durante pesquisa de campo com gaúchas e gaúchos em Rondonópolis, reencontrei-me com uma das famílias entrevistadas, praticamente dois anos depois da última conversa. Conversamos um bom tempo e sobre várias coisas. Uma experiência ao mesmo tempo fantástica e angustiante: elas, as gentes da

¹⁴Cf. MORAIS, Maria de Jesus. *Acreanidade*: invenção e re-invenção da identidade acreana. Tese de Doutorado. Niterói: PPGG/UFF, 2008.

¹⁵Cf. respectivamente, BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133; _____. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999; e WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença*: uma introdução teórica e conceitual. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *op. cit.*, p. 7-72.

¹⁶HOLANDA FERREIRA, A. B. de, *op. cit.*, p. 923.

¹⁷[...] todo o itinerário do imigrante [e/imigrante] é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica etc.), lingüística e sociolingüística, ciência política etc”. SAYAD, Abdelmalek. *A imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998, p. 15.

¹⁸GOETTERT, J.D., 2008, *op. cit.*

¹⁹SAYAD, A., 1998, p. 15, *op. cit.*

²⁰*Idem*, p. 16.

²¹SAYAD, Abdelmalek. A maldição. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 651-672, p. 664.

²²Cf. ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998; e SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço*. São Paulo: EdUNESP, 2002.

migração, eram as mesmas, mas também eram completamente “outras”: eram “outros” os tempos e eram “outros” os espaços. “E agora?”, perguntei-me. É assim: quando pensamos ter explicado tudo, tão bonito e encaixadamente, damos-nos conta de que o movimento, definitivamente, não pára. O movimento, o tempo, o espaço, o vento...

Artigo recebido em: 03/03/09

Aprovado em: 03/07/09.